

**Despacho n.º 10756/2010**

Considerando que, os titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

Considerando que, o Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe da Divisão de Informação Financeira e Análise de Projectos, concluída a aplicação dos métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública —, elaborou proposta de nomeação da técnica superior Paula Maria Reis Costa, contendo as razões da escolha desta candidata;

Considerando que, as razões pelas quais a escolha recaiu nesta candidata assentaram no juízo ponderado dos métodos de selecção aplicados e respectivos critérios de apreciação, cuja avaliação e fundamentação constam das deliberações do Júri exaradas em actas que integram o respectivo procedimento concursal;

Considerando que, a referida técnica superior possui as competências técnicas e a aptidão para o exercício de funções dirigentes, adequadas às exigências do cargo a prover, atentas as competências desta unidade orgânica descritas no Aviso n.º 9769-A/2002, publicado no *Diário da República*, apêndice n.º 148-A, 2.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 2002, porquanto da apreciação do seu mérito resultou que se trata de uma candidata que se enquadra no perfil pretendido, uma vez que alia uma experiência profissional muito aprofundada e enquadrada no âmbito da actividade a desenvolver pela Divisão, a uma boa capacidade de planeamento e organização, com adequado perfil de liderança;

Considerando que, a técnica superior Paula Maria Reis Costa possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, para o provimento do cargo em apreço;

Nomeio, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro, conjugado com o n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau de Chefe da Divisão de Informação Financeira e Análise de Projectos, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Paula Maria Reis Costa, técnica superior do mapa de pessoal do Município de Lisboa.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal.

A presente nomeação produz efeitos à data da sua publicação no *Diário da República*.

Paços do Concelho de Lisboa, em 18 de Junho de 2010. — O Presidente, *António Costa*.

**Nota Curricular**

Nome: Paula Maria Reis Costa  
Formação Académica e Profissional:

2009 — Formação de Executivos — Programa de Performance e Controlo de Gestão, pela Universidade Católica Portuguesa.

2009 — Certificação, pelo Instituto do Trabalho e da solidariedade Social, da competência pedagógica para o exercício da actividade de formadora (CAP, renovação das competências pedagógicas).

1995 — Pós-graduação em Estudos Europeus (dominante económica), pela Universidade Católica Portuguesa.

1992 — Licenciatura em Gestão e Administração Pública, com especialização em Planeamento e Controlo de Gestão, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

**Experiência Profissional**

De Janeiro 2008 ao presente — Chefe da Divisão de Informação Financeira e Análise de Projectos do Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção Municipal de Finanças.

De Maio 2001 a Janeiro 2008 — Chefe da Divisão Administrativa, Económica e Financeira da Unidade de Projecto da Alta do Lumiar (designada até Novembro/2002, Divisão de Análise Económica e Financeira da DP-COPRAD, Direcção de Projecto de Coordenação e Planeamento da Recuperação de Áreas Degradadas).

Janeiro de 1993 a Maio de 2001 — Técnica superior da Divisão de Estudos e Informação Financeira da Direcção Municipal de Finanças, Planeamento e Controlo de Gestão, integrada, até à fusão dos serviços

GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento e Finanças, na Divisão de Estudos e Informação Estatística do GEP.

De Abril a Dezembro de 1992 — Estágio Curricular no GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento para conclusão da licenciatura (Seminário de Investigação).

De Setembro 1990 a Setembro/1991 — Participação no projecto do GEG/ISCTE «Gestão Estratégica, dinâmica permanente de mudança», desenvolvendo o trabalho de campo na PME Madaleno, L.<sup>da</sup>, do sector dos moldes para plástico, sediada na zona industrial de Aveiro.

Integra a bolsa de formadores internos da CMLisboa e colaborou como formadora com o Centro de Estudos e Formação Autárquica na área da contabilidade e da gestão financeira autárquica.

303403233

**Despacho n.º 10757/2010**

Considerando que, os titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

Considerando que, o Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Relações Externas e Cooperação, concluída a aplicação dos métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública —, elaborou proposta de nomeação da técnica superior Cristina Maria Barata Alexandre Rocha Martins Alfaro, contendo as razões da escolha desta candidata;

Considerando que, as razões pelas quais a escolha recaiu nesta candidata assentaram no juízo ponderado dos métodos de selecção aplicados e respectivos critérios de apreciação, cuja avaliação e fundamentação constam das deliberações do Júri exaradas em actas que integram o respectivo procedimento concursal;

Considerando que, a referida técnica superior possui as competências técnicas e a aptidão para o exercício de funções dirigentes, adequadas às exigências do cargo a prover, atentas as competências desta unidade orgânica descritas no Aviso n.º 9769-A/2002, publicado no *Diário da República*, apêndice n.º 148-A, 2.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 2002, alterado pelo Aviso n.º 20333/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 22 de Outubro de 2007, porquanto da apreciação do seu mérito resultou que se trata da candidata que melhor se enquadra no perfil pretendido, uma vez que alia uma experiência profissional muito diversificada e aprofundada, a uma boa capacidade de liderança, bem como de planeamento e organização, tendo revelado aptidão para uma gestão eficiente e eficaz orientada para resultados, com capacidade de alinhamento estratégico.

Considerando que, a técnica superior Cristina Maria Barata Alexandre Rocha Martins Alfaro possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, para o provimento do cargo em apreço;

Nomeio, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro, conjugado com o n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau de Chefe de Divisão de Relações Externas e Cooperação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Cristina Maria Barata Alexandre Rocha Martins Alfaro, técnica superior do mapa de pessoal do Município de Lisboa.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal.

A presente nomeação produz efeitos à data da sua publicação no *Diário da República*.

Paços do Concelho de Lisboa, em 18 de Junho de 2010. — O Presidente, *António Costa*.

**Nota Curricular**

Nome: Cristina Maria Barata Alexandre Rocha Martins Alfaro.  
Formação Académica e Profissional:

Licenciatura em Relações Internacionais, pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa.

Curso de Extensão Universitária de Formação de Funcionários Internacionais, pelo Instituto de Relações Internacionais do ISCSP.

Curso de Extensão Universitária de Formação Diplomática, pelo Instituto de Relações Internacionais do ISCSP.

Experiência profissional:

Programa de Ocupação Temporária de Jovens, na área das relações Internacionais da CML — 1987.

Desempenho de funções de apoio, na área das Relações Internacionais da CML — 1987.

Desempenho de funções no Gabinete da vereação que detinha o Pelouro das Relações Internacionais e posteriormente no Gabinete de Relações Internacionais, Institucionais e Intermunicipais — 1988-1995.

Posse na categoria de 2.ª classe da carreira técnica superior (Relações Internacionais) — 1993.

Posse na categoria de 1.ª classe da Carreira técnica superior (Relações Internacionais) — 1994.

Nomeada Chefe de Divisão do Gabinete de Relações Internacionais, Institucionais e Intermunicipais, em regime de substituição — 1995-2002.

Posse na categoria de principal da carreira técnica superior (Relações Internacionais) — 1998.

Integração na categoria de assessora da Carreira técnica superior (Relações Internacionais) — 2001.

Integrou o Departamento de Apoio aos Órgãos do Município (DAOM), onde assessorou o respectivo Director nas tarefas que lhe foram cometidas — 2002-2006.

Nomeada Chefe de Divisão de Relações Externas e Cooperação, do Departamento de Apoio aos Órgãos do Município, em regime de substituição — 2006-2010.

Enquanto Chefe de Divisão de Relações Externas e Cooperação da CML:

É coordenadora de Lisboa junto da UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-americanas).

É membro do Comité Permanente da UCUE (União das Capitais da União Europeia).

É “officer contact” junto das Eurocidades.

É membro de ligação com a UCCLA (União das Cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas) e com a Casa da América Latina, apoiando técnica e administrativamente as actividades desenvolvidas por estas duas organizações.

Assegura os contactos institucionais com as diversas organizações internacionais com as quais a cidade de Lisboa é membro e com as quais mantém contactos permanentes ou pontuais a fim de assegurar a representação do município.

Assegura os contactos com as cidades com as quais a cidade de Lisboa está geminada ou com as quais celebrou acordos de Amizade e Cooperação.

Assegura e coordena a representação do município em acções de cooperação externa, no âmbito da UE e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Foi vogal e presidente de Júri em diversos concursos internos e externos, de acesso e de ingresso, na CML.

Recebeu diversos louvores no exercício das suas funções.

303403185

### Despacho n.º 10758/2010

Considerando que, os titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

Considerando que, o Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo Financeiro, concluída a aplicação dos métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública —, elaborou proposta de nomeação da técnica superior Cecília Maria Fagundes de Melo Pereira, contendo as razões da escolha desta candidata;

Considerando que, as razões pelas quais a escolha recaiu nesta candidata assentaram no juízo ponderado dos métodos de selecção aplicados e respectivos critérios de apreciação, cuja avaliação e fundamentação constam das deliberações do Júri exaradas em actas que integram o respectivo procedimento concursal;

Considerando que, a referida técnica superior possui as competências técnicas e a aptidão para o exercício de funções dirigentes, adequadas às exigências do cargo a prover, atentas as competências desta unidade orgânica descritas no Aviso n.º 9769-A/2002, publicado no *Diário da República*, apêndice n.º 148-A, 2.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 2002, porquanto da apreciação do seu mérito resultou que se trata da candidata que se enquadra no perfil pretendido, uma vez que alia uma experiência profissional muito aprofundada e enquadrada no âmbito da actividade a desenvolver pela Divisão, a uma excelente capacidade de planeamento e organização, com um bom perfil de liderança;

Considerando que, a técnica superior Cecília Maria Fagundes de Melo Pereira possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, para o provimento do cargo em apreço;

Nomeio, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e n.º 305/2009, de 23 de Outubro, conjugado com o n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau de Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo Financeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Cecília Maria Fagundes de Melo Pereira, técnica superior do mapa de pessoal do Município de Lisboa.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal.

A presente nomeação produz efeitos à data da sua publicação no *Diário da República*.

Paços do Concelho de Lisboa, em 18 de Junho de 2010. — O Presidente, *António Costa*.

### Nota Curricular

Nome: Cecília Maria Fagundes de Melo Pereira

Formação Académica: Licenciatura em Gestão e Administração Pública

Experiência profissional:

Desde Novembro de 2002 exerce funções como Chefe de Divisão de Planeamento e Controlo Financeiro, no Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção Municipal de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, sendo responsável pela elaboração dos documentos previsionais do município (Orçamento e Grandes Opções do Plano), respectivas alterações e revisões orçamentais e acompanhamento da sua execução. Desde a sua primeira edição em 2008, integra a equipa do Orçamento Participativo, participando na concepção e organização do modelo e coordenação do processo em BackOffice

Anteriormente, entre Novembro de 1992 e Novembro 2002, realizou trabalhos semelhantes enquanto técnica superior na Divisão de Planeamento e Controlo Financeiro.

303403063

## MUNICÍPIO DE MAÇÃO

### Aviso n.º 12900/2010

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior (Engenharia Civil), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 9 de Dezembro de 2009, homologada por despacho do Presidente da Câmara datado de 16 de Junho de 2010.

Nelson Manuel Mendes Grácio — 16,00 valores  
 Rita Ema Cotovio Simões Capitão — 15,65 valores  
 Nuno Miguel Martins Coelho — 14,80 valores  
 Dina Paula Pequeto Matias Heitor — 14,25 valores  
 Thomas Gomes — 14,25 valores  
 Ana Lucia Joaquim Milheiro — c)  
 Edgar Diniz Jesus Vaz — a)  
 João Miguel Farinha de Sousa Pires — a)  
 João Paulo Soares Pereira — c)  
 Luis Filipe Costa Calado — a)  
 Márcio Patrício Medeiros Almeida — a)  
 Marco André Gonçalves Fonseca — a)  
 Marisa Tourais Duarte — b)  
 Nuno Filipe Sequeira Neves — a)  
 Nuno João Amoroso Breia — a)  
 Pedro Jorge Alfaiate Marto — c)  
 Ricardo Penedo Gonçalves — b)  
 Sofia Alexandra Dias Rodrigues — a)

a) Candidatos excluídos, por não terem comparecido à Prova de Conhecimentos Escrita.